

Virada de página ou mais do mesmo?

Para tentar vencer obstáculos políticos e conjunturais, Biden lança uma complexa proposta para a segurança. Se vai abrir caminho para mudança ou repetir a história, o tempo dirá

Fábio de Sa e Silva
30 de junho de 2021

CARLOS M. VAZQUEZ II/FOTOS PÚBLICAS



No verão passado, os democratas, Biden incluso, foram grandes apoiadores de medidas de "lei e ordem"

Analistas de políticas de segurança encontram hoje nos EUA um dos ambientes mais instigantes no mundo. Por um lado, nunca houve um contexto tão propício a reformas. A morte de George Floyd e as ondas de protestos do movimento Black Lives Matter (BLM) colocaram a violência de agentes do estado contra minorias, em especial negros(as), no centro dos debates eleitorais, forçando o partido Democrata – que seria incapaz de vencer a eleição sem a mobilização desse contingente – a abraçar compromissos com mudanças no setor. Isso não é um dado banal, já que, no verão passado, democratas – incluído o próprio Biden, à época no Senado – foram grandes apoiadores de medidas de “lei e ordem”, como a guerra às drogas. Mas uma andorinha só não faz verão e, embora os democratas tenham razoável controle sobre a Câmara, a maioria de que dispõem no Senado é mais precária e incapaz de garantir apoio a proposições mais ambiciosas, como as reformas nas polícias e nas políticas de segurança.

A tramitação da “[Lei George Floyd por Justiça no Policiamento](#)” – que promove restrições na atividade policial e facilita processos de responsabilização por má conduta de agentes de polícia – oferece um bom exemplo. O texto foi aprovado com tranquilidade na Câmara, mas, apesar de pedidos públicos de Biden para que pudesse ser aprovado pelo Senado antes do primeiro aniversário da morte de Floyd, em maio, isso até agora não ocorreu.

Ao mesmo tempo, a reabertura do país após a vacinação em massa contra a Covid-19 fez crescer as taxas de criminalidade. Esse aumento da violência ainda está longe de alcançar os patamares dos anos 1990, mas é suficiente para alimentar os discursos de republicanos de que falta, aos democratas, o “pulso firme” para lidar com o crime. Mas nem tudo são flores para os republicanos. Entre os crimes que aumentaram estão os assassinatos em massa pelo emprego de armas de fogo – cuja venda, aliás, disparou durante a pandemia. Se semearem demais o pânico contra o crime e a violência, os republicanos podem colher as medidas severas

de controle de armas a que, por convicção ou pelas vultosas doações eleitorais que recebem anualmente da Associação Nacional de Rifles da América (NRA), esses tanto se opõem.

Nesse contexto, Biden fez um movimento tão ousado quanto arriscado. No último dia 23, lançou uma “[agenda de prevenção ao crime](#)” com cinco pontos: (1) aumento de recursos para as polícias, (2) investimentos em ações comunitárias contra a violência, (3) oferta de empregos e atividades de verão para adolescentes e jovens-adultos, (4) apoio à reintegração social de egressos do sistema prisional e (5) aumento na efetividade do controle de armas, incidindo sobre revendedores estaduais cujos negócios estão em desacordo com a regulação federal.

Com o lançamento dessa agenda, Biden se insere diretamente na condução de debates que, até então, vinham sendo tocados por iniciativa de parlamentares. Mas a ousadia também tem seus riscos. Em primeiro lugar, o presidente deixou de apostar em medidas que eram ansiosamente esperadas pela base democrata, tais como a redução do financiamento de polícias (objeto do slogan “*defund the police*”) ou o fim, mediante legislação, de previsões legais que respaldam a ação policial violenta ou mesmo letal contra suspeitos de crimes (a “*qualified immunity*”, versão americana da “licença para matar” que, no Brasil, era peça central no “pacote anticrime” do ex-ministro Sérgio Moro). Ao mesmo tempo, como a era Obama bem ensinou aos democratas, essa disposição para negociar não garante o apoio dos republicanos no Congresso.

Afora isso, sabe-se que é no cotidiano da implementação que as políticas de segurança revelam sua verdadeira face, e essa nem sempre é agradável como pode soar no papel. Um exemplo gritante vem do Brasil, onde mudanças na legislação de drogas que visavam reduzir o encarceramento, criando a distinção entre traficantes e usuários, não apenas geraram [aumento brutal dos índices de encarceramento](#), como também aprofundaram a seletividade do sistema penal, enviando imenso contingente de jovens, negros e pobres para as cadeias.

A opção de Biden por disponibilizar mais recursos para as polícias – o item 1 da agenda acima, visto abertamente, no contexto norte-americano, como tentativa de evitar o estigma do “pulso frágil” no trato com o crime – é, nesse contexto, a “sopa que o presidente dá para o azar”. A medida pode ter efeitos positivos se, por exemplo, os recursos adicionais forem utilizados para recrutar uma força de trabalho mais diversa e criar meios de responsabilização por má conduta policial em âmbito local. Mas também pode apenas alimentar uma das principais fontes de tensão social nos EUA neste século: um modelo de polícia e policiamento anacrônico, opaco, e enviesado contra minorias raciais, em especial negros e latinos.

Por contingência mais que por opção, a política de segurança de Biden vai, assim, ganhando os contornos da boa e velha “[mudança incremental](#)”. Se isso levará a uma virada de página ou a mais do mesmo, só o tempo dirá.

Fabio de Sa e Silva

Professor de Estudos Internacionais e Professor Wick Cary de Estudos Brasileiros da Universidade de Oklahoma, EUA

<https://fontesegura.org.br/seguranca-no-mundo1/qo9ur7ez9j>

